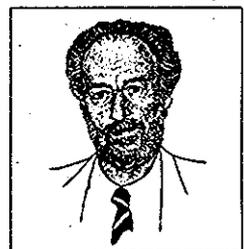


WASHINGTON NOVAES
E onde fica o índio?

A calma das um pouco as águas que tanto se agitaram na polêmica em torno de Orlando Villas Bôas, talvez o episódio mereça alguma reflexão.



Proposta inovadora do presidente da Funai foi jogada fora com a água da bacia

Não há a menor dúvida de que Orlando Villas Bôas merece todo o respeito e consideração pelos 40 e tantos anos de trabalho na

área indígena, pelos sacrifícios que fez, pelos exemplos de dedicação, coragem e desapego, pela obra que realizou – da qual o Parque do Xingu é o maior testemunho concreto e a gratidão dos grupos ali concentrados, a prova indiscutível do reconhecimento da parte dos maiores interessados.

Também se poderia desejar que sua saída de um cargo de confiança se processasse de outra forma, sem traumas, depois de identificado e consolidado outro caminho que lhe permitisse viver tranqüilo. Mais ainda, com todas as homenagens que merece: mesmo que se pense hoje diferentemente quanto aos caminhos a seguir nas relações com os povos indígenas, isso não obscurece os méritos de Orlando e seus irmãos; ninguém fez melhor que eles na época.

Isso dito, entretanto, pode-se ver com clareza, num caso concreto, que o País é mesmo subdesenvolvido, não apenas injusto. Se, depois de trabalhar durante décadas expondo a vida, em condições difíceis, numa posição de comando e responsabilidade, uma pessoa ainda tem tantas dificuldades para sobreviver com dignidade, recebendo os pro-

ventos de uma aposentadoria, pode-se concluir que nossa situação previdenciária é mesmo de extrema precariedade. A imensa maioria das pessoas recebe da Previdência Social muito menos – até mesmo as que passam a vida contribuindo pelo máximo.

Depois, é lamentável que se decida criar um Conselho Indigenista só quando surge uma situação difícil de manobrar na comunicação, e não por uma preocupação real do governo federal com a questão indígena – que é grave e urgente: neste momento mesmo, há situações extremamente delicadas envolvendo povos indígenas em Mato Grosso do Sul e Pernambuco, Bahia e Rondônia, para citar apenas uns poucos casos. Nesta última, é parte da própria bancada federal no Estado que pressiona por vários caminhos para reverter a demarcação da área Raposa-Serra do Sol, que pertence legitimamente aos grupos ali instalados há séculos. É o mesmo perigo que ainda ronda dezenas de grupos que não tiveram suas terras demarcadas definitivamente.

Também neste exato momento continua em ritmo de tartaruga no Congresso a discussão – que já vem de anos – do novo Estatuto do Índio, que terá de definir questões delicadíssimas, principalmente a permissão para atividades econômicas em áreas indígenas. E em especial a permissão para atividades mineradoras.

Mas nada disso mereceu a menor atenção no episódio, transformado apenas numa

questão entre Villas Bôas e o presidente da Funai, Carlos Frederico Marés. E em mera divergência – ou descortesia – a respeito de um cargo de confiança. Não faltou até quem propusesse o desrespeito à lei, para a permanência de Orlando no cargo, sob o argumento de que o desrespeito seria irrelevante no caso.

De cambulhada, tratou-se o presidente da Funai como alguém destituído de qualquer mérito, apesar de uma carreira pública marcada por atuações lúcidas e desassombradas. Esqueceu-se principalmente – já que se tratava de tema relacionado com a questão indígena – seu último livro, *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*, no qual mostra com clareza a dificuldade do nosso sistema legal para lidar com culturas diferenciadas e baseadas, por exemplo, na propriedade coletiva. Mostra como o direito desses povos foi substituído progressivamente pelos “direitos” dos colonizadores – resultando no massacre que os transformou em minoria (pouco mais de 300 mil pessoas, somados todos os grupos), quando eram milhões na

época da chegada dos portugueses, contra umas poucas dezenas de adventícios –, que poderiam ter exterminado, se houvessem desejado.

Exatamente por se tratar de muitas culturas diferenciadas, o presidente da Funai está propondo desde sua posse uma nova política, também diferenciada por grupos. Não se podem olhar com os mesmos parâmetros culturas absolutamente diferentes entre elas e em níveis diversos de aculturação. Uma postura nova, muito salutar – mas que, em meio à polêmica, foi jogada fora com a água da bacia.

Mais uma vez, o índio sai perdendo. Não por culpa dos envolvidos diretamente no episódio, Orlando e Marés – mas pela visão que se tem consolidado dos fatos. Quando, na verdade, se teria podido, a partir da impossibilidade de acumulação de proventos, resolver não apenas a questão de Orlando Villas Bôas, mas abrir, no governo e na comunicação, um novo tempo e um novo espaço para a questão indígena. De forma que os povos indígenas passassem a ser vistos como possuidores de uma organização social e política que tem aspectos admiráveis. Como povos com os quais poderíamos aprender muitas coisas – a começar pela não-formação de aglomerações humanas inadministráveis, devastadoras para o meio ambiente. Como pessoas que merecem todo o respeito em sua diversidade cultural e pelo papel que desempenham de guardiães maiores do que nos resta de diversidade biológica.

Talvez seja ainda tempo para aprender com o episódio. E para mudar nossa atitude nessa questão.

